



**Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 19 DE ABRIL DE 2013
N.º 2/2013**

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: Guilhermino Manuel Figueiredo dos Reis

1ª SECRETÁRIA: Rosa Martins Cardoso

2ª SECRETÁRIA: Maria Margarida Lopes Amaral Sampaio

PRESENCAS: Partido Socialista - António Júlio Alves Fernandes, Paula Cristina Morais Guedes Borges, Aida Maria Feliciano Borges, Artur Augusto da Silva Cardoso, Manuel Aguiar Rego, João dos Santos Silva, Raul da Silva Cardoso, Pedro Manuel de Sá Granja, António Joaquim Mesquita Guedes, Jorge Manuel Madureira Silva Sampaio, Aníbal Pinto Prior, António Júlio da Costa Almeida; **Pela Nossa Terra** - José Manuel Moreira Lopes; **Partido Social Democrata** - Alfredo Ribeiro Gouveia, José Filipe Silva Gonçalves, António Manuel da Rocha Gomes, Fernando José Mourão Gonçalves e José Paulo Barreira da Mota

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Ernesto José Pimenta Mesquita, João Ribeiro Borges, Euclides da Cunha Lazaro e Joelma Eliana Almeida Sequeira

HORA DE ABERTURA: 15 horas

OUTRAS PRESENCAS: Presidente da Câmara, Francisco José Guedes Ribeiro; Vice-Presidente, Sílvia Fonseca Silva Guedes; Vereador, Luís Reguengo Machado e Cidália de Fátima Pinto Monteiro, Coordenadora Técnica

ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: Aprovada por, unanimidade, no final da Sessão

Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal
Ata nº 2/2013 de 19 de abril de 2013



ÍNDICE

	Página
1 - Informação do Presidente da Câmara	3
2 - Apreciar e deliberar sobre a Proposta de Regulamento de Publicidade do Município de Santa Marta de Penaguião da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-4/2002, de 11 de janeiro	4
3 - Apreciação e deliberar sobre os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2012 e Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais (al.ª c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro)	5
4 - Apreciar e deliberar sobre a 1.ª Revisão do Plano de Atividades Municipal e Modificação do Orçamento da Despesa para 2013 – (al.ª b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de janeiro)	6
5 - Adesão do Município ao “Pacto dos Autarcas” para concretizar o plano de Ação Comunitário para a eficiência energética – alínea a) do n.º 6 do artigo 64 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro)	6



--- Feita a chamada verificou-se a existência de quórum. Por tal, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão. -----

----- Procedeu-se à votação da Ata da Sessão Ordinária anterior, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Mesa comunicou a todos os deputados que estava aberto o período de inscrição *Antes da Ordem do Dia*. -----

----- O deputado, Fernando Gonçalves, inscreveu-se para expor algumas questões:

Primeira - Tendo em conta que o inverno tem sido muito rigoroso, principalmente este ano, houve inúmeros muros de suporte e caminhos que caíram e uma vez que a câmara já fez o levantamento dos prejuízos causados, por tal situação, solicita esclarecimento sobre as medidas que a autarquia diligenciou para a resolução das situações elencadas;-----

Segunda - Tendo havido alguma discussão relativamente ao estudo da Deloitte e tendo em conta que a Assembleia Municipal aprovou esse mesmo estudo, perguntou o porquê de os membros da assembleia ainda não terem tido acesso a esse estudo;-----

Terceira - No âmbito da aprovação do *Plano de Atividades*, perguntou se ainda se podia votar contra esse estudo ou contra o relatório, ou será que *corremos os riscos de ser expulsos da assembleia municipal?*

----- O deputado, Alfredo Gouveia, interveio para questionar se o estudo elaborado pela Deloitte já estava disponível, para consulta, e o que seria necessário fazer para lhe terem acesso.-----



ORDEM DO DIA

1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara

Nos termos da alínea e) do n.º1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de janeiro

----- O Presidente da Assembleia Municipal informou os deputados que se encontrava aberto o período de inscrição para usar da palavra.-----

----- Não se verificaram inscrições dos deputados, relativas ao primeiro ponto da ordem de trabalhos. Contudo, o Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados, acrescidas de algumas informações genéricas.--

----- Relativamente ao estudo elaborado pela Deloitte, informou que o mesmo está disponível para consulta na câmara, embora esteja desatualizado porque a empresa teve que fazer alguns ajustamentos. É evidente que esse estudo não pode andar na praça pública, mas quem estiver interessado poderá consultá-lo na câmara.-----

----- No que se refere aos muros, a câmara realizou o levantamento dos estragos que deverão ser reparados a curto prazo. Lembrou ainda que, com a nova legislação relativa às despesas, só podem executar as obras se houver disponibilidade financeira o que faz com que as coisas levem algum tempo para serem concretizadas.-----

----- Referiu que a câmara estava a contar ter mais receita com a venda dos terrenos na zona oficial e no loteamento, mas devido à conjuntura económica isso não se tem verificado.-----

----- Uma das situações mais graves diz respeito aos trabalhos que as Águas de Trás-os-montes efetuaram no caminho da Cumieira e Fornelos, com as chuvas que se fizeram sentir no inverno a estrada abateu, logo eles devem ser responsabilizados pelos estragos fazendo todas as intervenções necessárias na via pública, ou melhor, são obrigados a reconstituir conforme estava inicialmente. Como a intervenção não foi efetuada atempadamente provocou todo o estrago que se vê.-----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----



2- Apreciar e deliberar sobre a Proposta de Regulamento de Publicidade do Município de Santa Marta de Penaguião da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-4/2002, de 11 de janeiro

----- O Presidente da Assembleia Municipal informou os deputados que se encontrava aberto o período de inscrição para usar da palavra.-----

----- Não se verificaram inscrições dos deputados, relativas ao segundo ponto da ordem de trabalhos. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, a Proposta do Regulamento de Publicidade do Município de Santa Marta de Penaguião.-----

3 - Apreciação e deliberar sobre os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2012 e Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais (al.ª c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)

----- O Presidente da Assembleia Municipal informou os Deputados que se encontrava aberto o período de inscrição para usar da palavra. -----

----- O Deputado Alfredo Gouveia referiu que a qualidade da gestão feita pelo executivo está refletida neste documento.-----

----- Após a análise dos indicadores das Grandes Opções do Plano verificou-se que a sua execução desceu significativamente, comparativamente a 2011. É no campo do plano de investimentos que se acaba por recuar, quando as possibilidades financeiras não o permitem ou ainda quando surge um outro tipo de condicionalismo.-----

-----Verificamos que tudo o que diz respeito a investimento foi reduzido e assim, desse ponto de vista, não foram atingidos os objetivos para 2012. Têm a noção que os 100% não são possíveis de atingir, mas tendo em conta o historial desta câmara, *que não é mau muito pelo contrário é bom*, verificamos que se tem vindo a degradar. Continua dizendo que compreendem os constrangimentos que condicionam toda esta situação, mas também não deixa de ser verdade que na elaboração dos orçamentos tem que

Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal
Ata nº 2/2013 de 19 de abril de 2013



haver prudência ou, de outra forma, estamos a criar ilusões que depois não se verificam.-----

----- Relativamente às dívidas a curto prazo, ressaltam que não são significativas mas registam a curiosidade de, este ano, estarem sessenta e um mil e oitocentos e noventa e três mil euros (61893€) em faturas por pagar a fornecedores, embora dentro do período de pagamento contratualizado. -----

----- No que respeita à dívida à banca verifica-se que houve uma redução, nas dívidas a médio e longo prazo, e claro que olham para a situação com algum agrado. No entanto, há indicadores que mesmo estando em níveis interessantes, comparado com outras câmaras, eles estão-se a degradar de uma forma acentuada, nomeadamente quanto à autonomia financeira e grau de solvabilidade, que se tem vindo a degradar, em 2009 era cerca de 81% e em 2012 é cerca de 73%, refletindo a capacidade de satisfazer os compromissos de longo prazo, como se verifica na redução acentuada do grau de solvabilidade, de 438% em 2009 para 280% em 2012. -----

----- Finalizou, dizendo que a grande causa desta situação eram os resultados líquidos serem negativos e que degradam os fundos próprios. -----

---- Pelo Senhor Presidente foi dito que a autonomia financeira da autarquia desceu ligeiramente porque se continuam a prestar os mesmos serviços, sem haver ajustamento dos preços à realidade atual, ou seja, os serviços deveriam ser autossuficientes. Continuam a prestar um serviço à comunidade que quase ninguém concede, nomeadamente os transporte de idosos para as piscinas; a continuidade do fornecimento de água ao consumidor, ao mesmo preço de à três anos, isto apesar do valor do seu fornecimento ter sido aumentado pelas Águas de Trás-os-Montes.-----

--- Referenciou o prestígio que a câmara tem, acima da média, em não dever nada a ninguém. É certo que existem as dívidas à banca, mas hoje há muitas câmaras que começam a retrain-se um pouco e se não houvesse uma boa gestão e acima de tudo bom senso esta situação não seria possível.-----

----- A nível pessoal, a câmara tem uma máquina pequena mas a funcionar bem, se aumentassem as despesas com pessoal, claro que ter-se-ia de reduzir os investimentos.-----

----- Realçou que se transitou com o saldo de duzentos mil euros e o pessoal contratado também baixou, não muito, mas na realidade desceu.-----

Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal
Ata nº 2/2013 de 19 de abril de 2013



---- Verificou-se um decréscimo com despesas de pessoal, bastante significativo, apesar dos vários estrangimentos relativos à pouca capacidade de ter receitas. Existem prejuízos nas piscinas, porque não se cobra às crianças nem aos idosos, é um equipamento que dá muita despesa.-----

---- Comunicou que o próximo quadro comunitário vai-se virar para empregabilidade e que daqui a alguns anos haverá algumas estradas que irão precisar de intervenção, haverá redes de água que terão necessidade de serem refeitas e haverá necessidade de reconstruir alguns pavimentos, portanto é um ciclo de necessidades.-----

---- O decréscimo que se sentiu ao nível do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), diz respeito a uma das rubricas que não se iniciou, de grande impacto, como por exemplo a Escola Básica 2,3, que está aprovada e nunca mais começou o financiamento, gastaram-se oitenta mil euros no projeto que não foi entregue porque para se iniciar terá que existir financiamento. Esta situação contribuiu para uma redução muito acentuada do PPI.-----

----Ao nível do Plano de Atividades temos tido, ao longo dos últimos anos, uma prestação muito razoável.-----

----Concluiu a sua intervenção dizendo que apesar das contingências e alguns imprevistos o saldo transitado foi positivo e que gostariam de fazer mais, mas fizeram o que estava humanamente ao seu alcance.-----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com a abstenção da bancada do partido social democrata, que apresentou uma declaração de voto que se transcreve na íntegra:

“A qualidade da gestão das diversas organizações estão refletidas nos diversos documentos de prestação de contas. Estes documentos devem ser analisados tendo em consideração o caminho traçado no orçamento para o ano e se os objetivos aí propostos foram atingidos. Só fazendo este confronto poderemos concluir do mérito e realismo das propostas e previsões então aprovadas.

É também importante avaliar a evolução económico-financeira da Câmara tendo sempre em consideração que vivemos num período de fortes estrangimentos no país que como é evidente condicionam também atividade das autarquias.

As Grandes Opções do Plano em 2012, tiveram uma execução relativamente as previsões de 56,63%. Sendo de 44,11% o Plano Plurianual de Investimentos e 74,32% o Plano Municipal de Atividades. Comparando com 2011, que foi de 71,58%, 66,22% e 80,37% respetivamente há uma redução significativa da execução.

Estas taxas de execução especialmente do plano plurianual de investimentos evidenciam falta de razoabilidade nas previsões que defraudam as expectativas criadas pelo orçamento.

Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal
Ata nº 2/2013 de 19 de abril de 2013



Nas Receitas, verificamos que de uma receita total prevista corrigida de 10,017 milhões de euros apenas se executaram 6,932 milhões. Assim, no ano de 2012 o grau de concretização da receita global situou-se nos 69,21%. Sem o saldo de gerência de 223 mil euros seria se 68,5% (2011 - 77,9%).

Na receita corrente foram executados 4,693 milhões de uma previsão de 5,599 milhões, pelo que o índice de execução foi de 83,82%. Destaque para os rendimentos de propriedade que tinham uma previsão de 475 mil euros e apenas se arrecadaram 223 mil euros. Portanto 46,95% de execução.

Na receita de capital, a diferença entre a previsão e a execução é muito importante, pois de uma previsão de 4,196 milhões de apenas se receberam 2,017 milhões de euros, o que significa apenas 48,08% do previsto. Nestas receitas de sublinhar a venda de bens de investimento em que de uma previsão de 951 mil euros se receberam 0,00 euros.

A despesa prevista para investimentos propriamente ditos refletidos na aquisição de bens de capital foi de 3.858 milhões mas apenas se executaram 1.688 milhões o que significa apenas 43,8% do previsto.

A dívida a curto prazo não representando valores que possam ser objeto de preocupação, subiu, tendo passado de 97.701 euros em 2011 para 192.222 euros em 2012. Com a curiosidade de registar dívidas a fornecedores de 61.893 euros dentro do prazo de pagamento contratualizado. Esta sim, situação natural e correta do ponto de vista da otimização da gestão financeira da câmara.

Registamos com agrado a descida da dívida bancária a médio e longo prazo de 4,270 milhões para 3,869 milhões.

Relativamente a alguns indicadores de estrutura relevamos a crescente redução do grau de autonomia financeira, que mede a participação do capital próprio no financiamento da câmara, que não sendo preocupante se vem degradando de 81,40% em 2009 para 73,20% em 2012.

Da mesma forma, registamos a descida acentuada desde 2009 da capacidade de satisfazer os compromissos de longo prazo, como se pode inferir da redução acentuada do grau de solvabilidade de 438% em 2009 para de 280% em 2012. Ainda assim um indicador positivo.

Para a degradação constante destes indicadores contribuiu um resultado líquido do exercício em 2012 de menos 1.252.308,80 euros, tal como tem acontecido nos últimos anos, afetando diretamente os fundos próprios.

Por estas razões, a bancada do PSD entendeu abster-se. “

4 - Apreciar e deliberar sobre a 1.ª Revisão do Plano de Atividades Municipal e Modificação do Orçamento da Despesa para 2013 – (alª b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro)

Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal
Ata nº 2/2013 de 19 de abril de 2013

----- O Presidente da Assembleia Municipal informou os Deputados que se encontrava aberto o período de inscrição para usar da palavra. -----

----- Não se verificaram inscrições, relativas ao ponto em discussão, pelo que se procedeu à sua votação . -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, a 1.^a revisão do Plano de Atividades Municipal e Modificação do Orçamento da Despesas para 2013. -----

5 – Adesão do Município ao “Pacto dos Autarcas” para concretizar o plano de Ação Comunitário para a eficiência energética – alínea a) do n.º 6 do artigo 64 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro)

----- O Presidente da Assembleia Municipal informou os Deputados que se encontrava aberto o período de inscrição para usar da palavra. -----

----- Não se verificaram inscrições sobre o ponto em discussão, pelo que se procedeu a respetiva votação. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, a adesão do município ao “pacto dos autarcas” para concretizar o plano de ação comunitária para a eficiência energética..-----

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 4 do artigo 92º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Rosa Martins Cardoso, com funções de 1ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 17 horas. -----

O Presidente da Assembleia,



Guilhermino Manuel Figueiredo dos Reis

A 1ª Secretária,



Rosa Martins Cardo